

Sem memória, sem democracia

: perspectivas sobre a ascensão fascista no Brasil neoliberal

Felipe Lazzari da Silveira

Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Resumo

O presente artigo tem como escopo problematizar a ausência de memória social do passado autoritário e sua relação com o avanço do fascismo na sociedade brasileira no contexto contemporâneo. Tal esforço, consistente em um ensaio de caráter teórico e historiográfico, foi procedido mediante revisão de bibliografia sobre os temas pertinentes e os resultados da investigação estão estruturados em três tópicos, nos quais são analisados, respectivamente, o fascismo além de seu formato histórico, sua compatibilidade com neoliberalismo e o papel desempenhado pela ausência de memória do passado ditatorial no processo de intensificação das pulsões antidemocráticas.

Palavras-chave Fascismo – Neoliberalismo – Memória – Novas extremas direitas.

Submissão

25/07/2021

Aprovação

13/01/2022

Publicação

16/03/2022

No Memory, No Democracy: Perspectives on the Fascist Rise in Neoliberal Brazil

Abstract

This article aims to discuss the lack of social memory of the authoritarian past and its relationship with the advance of fascism in Brazilian society in the contemporary context. This effort, consistent in a theoretical and historiographical essay, was carried out by reviewing the bibliography on relevant topics, and the results of the investigation are structured into three sections, in which fascism is analyzed, in addition to its historical format, its compatibility with neoliberalism, and the role played by lack of memory of the dictatorial past in the process of intensifying anti-democratic impulses.

Keywords Fascism – Neoliberalism – Memory – New Far-Rights.

Sin memória, sin democracia: perspectivas sobre el ascenso fascista en el Brasil neoliberal

Resumen

Este artículo tiene como objetivo problematizar la ausencia de memoria social del pasado autoritario y su relación con el avance del fascismo en la sociedad brasileña en el contexto contemporáneo. Este esfuerzo, consistente en un ensayo teórico y historiográfico, se realizó revisando la bibliografía sobre los temas relevantes, y los resultados de la investigación se estructuran en tres temas, en los que se analiza el fascismo, respectivamente, más allá de su formato histórico, su compatibilidad con el neoliberalismo, y el papel que jugó la ausencia de memoria del pasado dictatorial en el proceso de intensificación de los impulsos antidemocráticos.

Palabras clave Fascismo – Neoliberalismo – Memoria – Nueva extrema derecha.

Introdução

A partir de 2014, o Brasil passou a enfrentar enormes dificuldades econômicas impostas, principalmente, pelas dissonâncias no mercado global, e também uma grave crise política. Em bem pouco tempo, mais precisamente em 2016, aquele cenário conturbado iria se radicalizar e culminar no golpe contra Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para governar o país. O golpe fantasiado de processo de impeachment, entretanto, não atingiria somente a presidenta, seu partido e seus apoiadores. A grande trapaça arquitetada por adversários políticos e setores do *establishment* financeiro (que lucrou muito ao longo dos governos do PT, que, apesar de promoverem avanços sociais seguiram lançando mão de políticas econômicas neoliberais e fomentando a financeirização em nome da governabilidade),¹ que contou com o suporte de atores do meio jurídico, de militares, de muitos veículos de comunicação e de agitadores digitais ligados às novas direitas, fustigaria, especialmente, a democracia.

Nesse sentido, um episódio ocorrido durante aquele processo foi bastante emblemático. Como esquecer de Jair Messias Bolsonaro, na época deputado federal, homenageando um dos mais ferozes torturadores da ditadura ao “justificar” seu voto a favor do impeachment de Rousseff? Ao exaltar o torturador Carlos Brilhante Ustra ao vivo em rede nacional de televisão, sem ser repreendido com vigor por seus pares ou pela presidência da Câmara (a única advertência foi a vaia de parte dos parlamentares contrários ao golpe).² Bolsonaro dissolveu de vez os pudores e receios que impediam a parcela mais reacionária da sociedade de defender abertamente e com veemência a ditadura civil-militar e até mesmo a instauração de um novo regime autoritário. Mais do que isso, o até então inexpressivo personagem político, que logo em seguida se tornaria o maior expoente da extrema direita, fortaleceu a nebulosa fascista que vinha ganhando força no Brasil, assim como em outros países.

Paradoxalmente, depois de três décadas, a jovem e frágil democracia brasileira começaria a enfrentar o seu maior desafio. Em um terreno fértil para o autoritarismo, e com uma campanha baseada na modulação psicológica através das redes sociais *online*,³

1 PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008; LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução?* o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1, 2019.

2 “Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016”. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>»; Acesso em: 20 maio 2021.

3 MELLO, P. C. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

o “Mito” antidemocrata venceu as eleições presidenciais obtendo 55,13% dos votos válidos em segundo turno. Esse dado é importante, pois demonstra que o ideário fascistoíde defendido por Bolsonaro foi (e ainda é) desejado por uma grande parcela da população. Como bem alertou Eliane Bruma este respeito: “Jair Bolsonaro é a encarnação de um fenômeno muito maior do que ele, do qual ele sabe tirar o máximo de proveito”.⁴

Nessa esteira, parece-nos que o cenário enfrentado pelo menos desde 2014 pela sociedade brasileira não se caracteriza por uma simples polarização política, isto é, por uma disputa acirrada entre duas correntes políticas antagônicas civilizadas, mas sim pela intensificação do fascismo. O que temos presenciado no Brasil, sob o verniz dos clamores pelo retorno da ditadura e pela edição de um novo AI-5 (símbolo máximo do autoritarismo de Estado brasileiro), no final das contas, é a amplificação de um ódio virulento, materializado em manifestações abertamente racistas, xenófobas, machistas, antipolíticas, sempre direcionadas à destruição da ordem e da convivência democrática.

O presente artigo parte da premissa de que o fascismo não se restringe à sua dimensão histórica, isto é, ao regime de Benito Mussolini e similares, mas configura uma forma de vida baseada no desejo de destruição de tudo o que se opõe a ele, desejo este que é produzido socialmente mediante a exploração de afetos negativos (medos, inseguranças, ressentimentos etc.) ensejados pelo tipo de existência proporcionada pelas democracias liberais capitalistas.⁵ Não se trata de negligenciar os processos históricos como guerras e revoluções, até mesmo porque a assunção dos fascismos na primeira metade do século XX esteve ligada aos problemas atinentes ao capitalismo naquela fase,⁶ ou de imaginar que o curso histórico seja cíclico ou linear, mas de reconhecer que as características desse sistema, pela fragilização das instituições e pelos sofrimentos que impõe, em qualquer época, podem gerar o desejo pelo que se denomina de fascismo. O que materializa esse desejo, independentemente da nomenclatura, e o sentimento de ódio do que a ele se opõe e a política dos “nós e eles”.⁷

Por essa perspectiva, o fascismo não é incompatível com os desígnios neoliberais. Nesse sentido, é importante observar que o desenvolvimento da doutrina neoliberal buscou atender exclusivamente aos interesses das grandes empresas que detinham o controle do mercado, e que seus artífices desde o início esmeraram-se em depreciar a

4 BRUM, E. *Brasil: construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago, 2019. p. 262.

5 DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011; *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 3.

6 MARCUSE, H. “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”; “Estado e indivíduo sob o nacional socialismo”. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

7 STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. São Paulo: L&PM, 2018.

democracia, acusando-a de ser ingovernável por criar expectativas quanto ao atendimento das demandas das classes populares e dos trabalhadores. Na visão dos neoliberais, a participação política popular e os direitos sociais dela resultantes seriam entraves à desregulamentação do mercado e ao “desenvolvimento econômico”, entendido como aumento da produção e dos lucros dos empresários.⁸ Em síntese, o projeto neoliberal vem solapando as instituições democráticas, instigando a desconfiança sobre as mesmas, ao mesmo tempo em que intensifica os sofrimentos ensejados pelo tipo de existência que determina, marcada pelos medos, inseguranças e pela competição frenética generalizada e desumanizada.⁹

Oportuno destacar, ainda, que o ingresso das idéias neoliberais no plano político-governamental se deu primeiramente durante a ditadura chilena, um regime ditatorial sanguinário que violou direitos humanos e suprimiu liberdades políticas e direitos sociais, bem como que o famigerado liberalismo econômico exercido no mercado propicia o recrudescimento dos autoritarismos privados, já que submete os indivíduos que não detém poderes econômicos ou de barganha nas relações de trabalho a diversos tipos de coerções, acentuando, assim, as desigualdades sociais¹⁰ – compreendidas pelos neoliberais como inevitáveis e essenciais para fomentar a concorrência.¹¹ Diante disso, Franz Hinkelammert tem razão quando alerta que o neoliberalismo é “descendente legítimo do pensamento fascista”, visto que, mesmo que não ostente – ou dissimule – alguns dos traços que caracterizaram o fascismo, “compartilha a mesma espiritualidade”.¹²

Metodologicamente, é imperioso esclarecer que, quando afirmamos que o fascismo vem se intensificando no contexto atual, impulsionando o autoritarismo, não estamos querendo dizer que estamos experimentando o retorno do modelo de Estado Fascista italiano ou do modelo de Estado autoritário ditatorial militarizado imposto em muitos países da América Latina no século XX. No presente trabalho, lançamos mão do termo autoritarismo para designar ideias e posturas incompatíveis com os princípios democráticos que, com maior ou menor intensidade, sempre se fizeram presentes desde a fundação do Estado de Direito liberal. Nesse sentido, considerando que o neoliberalismo, que não é um regime, mas uma doutrina – por essência

8 CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020. p. 139, 167-168, 310, 317, 323.

9 SAUVÊTRE, P. et al. *A escolha da guerra civil: uma outra análise do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

10 CHAMAYOU, op.cit., p. 392.

11 LAZZARATO, M. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 18-50.

12 HINKELAMMERT, F. *Totalitarismo del mercado; el mercado capitalista como ser supremo*. Ciudad de México: Akal, 2018. p. 158.

antidemocrática – que se corporificou em uma racionalidade e em estratégias que a partir de determinado momento histórico passaram a nortear ditaduras, democracias e os próprios indivíduos (nos mais diversos âmbitos), o presente artigo orienta-se também pela perspectiva de que as democracias neoliberais do presente, diante da erosão de suas substancialidades, aguçam os autoritarismos, incluindo os de essência fascista.¹³

Exposta tal problemática, considerando a bibliografia consultada, relacionada à justiça de transição, à democracia e ao fascismo, o presente artigo tem como norte a hipótese de que o fascismo que se intensifica no contexto atual, além das questões inerentes às peculiaridades da sociedade brasileira,¹⁴ tem como principais fatores propulsores as dissonâncias do neoliberalismo e na ausência de uma memória efetiva do passado ditatorial.

Visando demonstrar essa hipótese, o presente escrito, consistente em um ensaio de caráter teórico e historiográfico produzido mediante pesquisa bibliográfica, tem como objetivos problematizar o fascismo além de sua forma histórica; investigar sua relação-compatibilidade com neoliberalismo e analisar em que medida a ausência de uma memória suficiente do passado ditatorial ensejada pela transição democrática inacabada contribui para a intensificação das pulsões antidemocráticas no Brasil atual, esforço que será apresentado nas três seções a seguir.

O fascismo além de seu formato histórico

O Brasil é um *locus* privilegiado para se observar a escalada fascista impulsionada pelas novas direitas que vem ameaçando diversas democracias ao redor do mundo. No âmbito político-governamental, especialmente na esfera federal, inúmeras características remetem aos regimes fascistas da primeira metade do século XX. O nacionalismo exacerbado, o racismo, a xenofobia (especialmente quando os imigrantes são negros e/ou oriundos de países mais pobres), o ódio às minorias e aos que têm posição política diferente, a disposição para a violência, apesar dos subterfúgios retóricos utilizados para escamoteá-los, são cristalinos nas ações e omissões do governo brasileiro e também nas manifestações de muitos de seus membros e apoiadores.

É importante ponderar que, do mesmo modo como ocorreu no passado, no Brasil atual, o ideário fascista chegou ao topo do poder pela via democrática, isto é, pelo voto

13 SAUVÊTRE, P. et al. *A escolha da guerra civil: uma outra análise do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021. p. 304 e ss.

14 SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

popular. Há que se observar que, quando candidato em 2018, Jair Messias Bolsonaro sequer apresentou um programa ou proposta de governo. Ele se limitou a atacar seus adversários, as minorias, a homenagear os militares que comandaram o país durante a última ditadura, e a prometer restaurar o patriotismo e a fé cristã. Conforme alertamos antes, esse detalhe é fundamental porque demonstra que o seu não-projeto (ou projeto de destruição da democracia) encontrou ressonância em grande parte da sociedade brasileira.

Para compreender o fascismo e sua intensificação no contexto atual, é imprescindível perceber, primeiramente, que o fenômeno não se restringe à sua dimensão histórica. Por mais que suas ideias cruciais tenham se apresentado com mais concretude e clareza na forma de um movimento de massas organizado, que acabou se tornando um regime político militarizado, de partido único, caracterizado por liturgias e simbologias singulares, em uma região e em um período histórico bem demarcados,¹⁵ o fascismo extrapola o formato de regime político.

Não se deve descurar da importância do fascismo histórico, uma vez que o movimento-regime de Mussolini influenciou o desenvolvimento do campo político-governamental em muitos países, dentre eles o Brasil.¹⁶ Como bem asseverou Robert O. Paxton, o fascismo, na forma de um regime alicerçado em um “sistema de pensamento subordinado a um projeto de transformação do mundo”, foi a maior “inovação política” do século XX.¹⁷ Diante disso, inegavelmente, é sempre relevante problematizar o legado fascista nas esferas do trabalho, do direito, da economia, da segurança pública etc. Contudo, neste escrito, interessa-nos examinar o fascismo além dos limites impostos pelos marcos históricos.

Nesse diapasão, uma das mais importantes interpretações do fascismo é a que foi desenvolvida por Wilhelm Reich ainda na década de 1930, a qual restou exposta na obra *Psicologia de massas do fascismo*. Pelas lentes da psicanálise, ele descreveu o fascismo como um fenômeno psicológico demasiadamente complexo, vinculado ao plano político-social, como um produto do mal-estar causado pelas crises do capitalismo nas sociedades industrializadas. No seu entender, as massas não teriam sido intrujadas, mas desejado o autoritarismo materializado pelo fascismo por uma série de fatores, dentre

15 DE FELICE, R. *Le interpretazioni del fascismo*. 10. ed. Bari: Laterza, 2012; MARIÁTEGUI, J. C. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010; MILZA, P.; BERSTEIN, S. *Storia del fascismo: da Piazza San Sepolcro a Piazzale Loreto*. 2. ed. Milano: BUR, 2009.

16 Vale referir, por exemplo, que no campo político-criminal, o Estado Novo de Getúlio Vargas claramente inspirou-se no fascismo italiano quando determinou a elaboração do Código Penal de 1940 e do Código de Processo Penal de 1941, legislações que até hoje seguem vigentes (SILVEIRA, F. L. da. *Para uma crítica da razão fascista no processo penal brasileiro*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.

17 PAXTON, R. O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 13-46.

eles, a grande habilidade de seus líderes em engendrar ilusões capazes de permitir a manipulação de seus sentimentos.¹⁸ Neste ponto, é curial reiterar o que foi mencionado na introdução, na direção de que, neste ensaio, não se tem a intenção de negligenciar os processos históricos de grande envergadura ocorridos na quadra histórica maculada pelos regimes fascistas, como guerras e revoluções, e tampouco as dissonâncias inerentes ao capitalismo, mas de direcionar o foco ao plano micropolítico-psíquico para que possamos problematizar a intensificação do fascismo no contexto atual.

Foi partindo da observação de Reich, ou seja, de que as massas teriam desejado o fascismo em determinado momento e em determinadas circunstâncias, que Gilles Deleuze e Félix Guattari desenvolveram sua teoria sobre o fascismo, trazendo a lume subsídios-chaves para a compreensão do fenômeno em sua complexidade e de sua intensificação na conjuntura atual. Os pensadores franceses também superaram as interpretações que reduziam o fascismo à condição de uma ideologia política autoritária imposta verticalmente em um determinado período ou que o definiam simplesmente como uma patologia. Todavia, diferentemente de Reich, que entendia o desejo pelo fascismo como sendo fruto de uma operação intrapsíquica negativa vinculada ao sadismo ou às inibições sexuais, eles afirmaram o caráter positivo desse desejo, indicando que ele é socialmente produzido.¹⁹

Por esse ângulo o fascismo não deve ser compreendido como um mero resultado de uma ideologia, da alienação ou das repressões intermediadas pela família, nos termos da tríade edípica de Freud, mas como um desejo produzido no plano psíquico (micropolítico) através do agenciamento dos sofrimentos e ressentimentos ensejados pelo modo de vida capitalista. É que, ao mesmo tempo em que cria as subjetividades imprescindíveis à produção, ao lucro e ao consumo, o capitalismo, em razão dos problemas e conflitos que lhe são próprios, aguça inseguranças, medos e ressentimentos passíveis de serem agenciados e convertidos em desejo pelo fascismo.²⁰ Mesmo que não seja possível, pelas limitações de espaço impostas pelo formato do presente trabalho, traçar uma análise aprofundada do fascismo histórico, é importante ponderar que, guardadas as peculiaridades de cada época, as angústias, medos e inseguranças fomentadas pelo capitalismo, que servem de combustível para o ódio e o ressentimento, sempre estiveram na base do fascismo. Não se deve olvidar que o fascismo de Mussolini logrou êxito em se popularizar como movimento e depois em se consolidar como regime político (uma ditadura) porque conseguiu canalizar-manipular o ressentimento

18 REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. Porto: Escorpão, 1974.

19 DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011; *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 3.

20 DELEUZE; GUATTARI, op. cit., p. 46-47, 141-142.

das massas gerado pelas dissonâncias do capitalismo (pobreza, desemprego, descrença na política etc.), transformando-o em raiva e ódio, e direcionando-o aos supostos culpados pelas crises enfrentadas pela Itália, isto é, aos comunistas, socialistas e democratas liberais, desde então estereotipados como inimigos.²¹

A perspectiva deleuze-guattariana, que lastreou a problematização apresentada nesta seção, foi impecavelmente sintetizada por Michel Foucault no prefácio da edição estadunidense de *O anti-Édipo*, publicada em 1977. Nesse diapasão, tornando ainda mais cristalina a hipótese de que o fascismo é um traço constitutivo do modo de vida que caracteriza as democracias liberais capitalistas, Foucault sublinhou que o fascismo não se resume à dimensão histórica, aos regimes autoritários do início do século XX, pois está no nível das condutas, dos espíritos, ou seja, da própria vida cotidiana, agindo como uma força “que nos faz gostar do poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora”.²²

A ausência de memória do passado ditatorial e a suscetibilidade à ascensão fascista

No Brasil contemporâneo, posturas e manifestações tipicamente fascistas têm sido cada vez mais frequentes. Em não raras oportunidades, essas atitudes nos levam a pensar que todos os limites civilizatórios estabelecidos pelas democracias do pós-Segunda Guerra estão prestes a se dissolver. Considerando que, na maioria das vezes, esse caldo fascistóide aparece imbricado no saudosismo do passado ditatorial, é de fundamental importância investigar em que medida a ausência de memória do autoritarismo de Estado contribui para tornar o ambiente propício para intensificação do fascismo.

Ao não tratar adequadamente do legado da última ditadura, isto é, ao não promover políticas de memória efetivas sobre as atrocidades daquele período, a sociedade brasileira não rompeu com algumas características nefastas de seu passado autoritário.²³ Consequentemente, os bons ventos da redemocratização – uma transição “lenta, gradual e segura”, em outras palavras, pactuada e controlada pelos mesmos militares que comandavam o país naquele período²⁴ – e o aumento do acesso aos bens

21 MANN, M. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008; TARQUINI, A. *Storia della cultura fascista*. 2. ed. Bologna: Mulino, 2016.

22 FOUCAULT, M. “Introduction to the Nonfascist Life: Preface”. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983. p. xi-xiv.

23 SANGLARD, F. N.; NEVES, T. C. da C. “Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 14, n. 1, 2017.

24 MEZAROBBA, G. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: FAPESP, 2006.

de consumo, mormente mediante a facilitação do crédito, diante do agravamento das crises e da exclusão provocadas pela consolidação do projeto neoliberal, foram insuficientes para inibir as pulsões autoritárias.²⁵ Neste ponto, deve-se frisar que o neoliberalismo fomenta a ausência de memória. Mais do que isso, que o imaginário neoliberal produz o esquecimento para facilitar a introjeção da sua subjetividade acrílica, baseada na competição e na busca pelo lucro.²⁶

Sem dúvidas, principalmente após períodos marcados pelo arbítrio e por conflitos, a memória social desempenha um papel decisivo para a consolidação de um regime democrático e para frear os autoritarismos (que, obviamente, mesmo que em menor intensidade, permeiam também os regimes democráticos),²⁷ tendo em vista que o processo de “lembrar para não repetir” exerce justamente as funções de recompor os traumas e de desarmar o ressentimento responsável pela compulsão de repetição.²⁸

Assim, a ausência de políticas de memória em níveis suficientes, de modo que possam engendrar uma memória efetiva do arbítrio e das violências do passado autoritário e, com isso, permitir a reelaboração dos traumas, viabiliza que algumas sociedades apelem às reações violentas e descontroladas quando confrontadas com alguns problemas sociais e políticos, bem como se submetam passivamente ao autoritarismo.²⁹

No Brasil pós-1988, verificou-se um fenômeno muito comum nas democracias modernas, ou seja, a substituição da memória relacionada a um passado comum, ainda presente no imaginário coletivo, por uma espécie de “marco zero” supostamente capaz de desfazer as injustiças e promover automaticamente o perdão e a paz de forma pragmática.³⁰ Muito em decorrência de ter sido controlado pelos militares, que ainda detinham muito poder no campo político, o processo de transição democrática que culminou na Constituição Federal de 1988 caracterizou-se por ser inacabado, isto é,

25 LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução? o neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1, 2019. p. 26 e ss.

26 CASARA, R. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 327.

27 MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

28 GALLO, C. A. “Considerações sobre políticas públicas e memória da repressão política no Brasil”. *O Público e o Privado*, v. 14, p. 195-210, 2016; SANGULARD, F. N.; NEVES, T. C. da C. “Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 14, n. 1, 2017.

29 RUIZ, C. M. M. B. “(In)justiça, violência e memória: o que se oculta pelo esquecimento tornará a repetir-se pela impunidade. SILVA FILHO, J. C. M. da; ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. (Org.). *Justiça de transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Forum, 2013. p. 105.

30 SILVA FILHO, J. C. M. da. “Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade”. PADRÓS, E. S. et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 4., p. 188.

maculado pela ausência ou execução insuficiente de algumas medidas que constituem pilares da justiça de transição, como, a reforma das instituições, a responsabilização dos agentes de Estado que praticaram crimes contra a humanidade durante o período ditatorial, a reparação financeira das vítimas, e a implementação de políticas de memória.³¹ Em terras tupiniquins, substituiu-se a realização de uma justiça de transição efetiva pela imposição do esquecimento dos arbítrios do regime militar. Nesse sentido, nota-se que, apesar das reparações simbólicas e do árduo trabalho das comissões que trabalharam em prol da memória da ditadura (leia-se: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia Comissão Nacional da Verdade, e outras comissões da verdade criadas por Estados, universidades etc.), a implementação de políticas de memória foi muito tímida³² e, por isso, insuficiente para neutralizar o legado do passado autoritário, ao contrário do que ocorreu em outros países da América Latina que também foram subjugados por ditaduras.³³

Devido ao esquecimento patrocinado pela transição incompleta, baseada em uma anistia forçosamente conciliatória – como se fosse possível superar os traumas de um passado conflituoso sem um trabalho de memória capaz de permitir o luto indispensável para um recomeço verdadeiramente democrático,³⁴ a sociedade brasileira teve seu direito à memória e à verdade negligenciado. É importante registrar, por exemplo, que no Brasil não tivemos o pleno acesso às informações concernentes ao regime ditatorial (documentos e outros dados) armazenadas nos arquivos das Forças Armadas, a responsabilização dos agentes da ditadura que praticaram crimes contra a humanidade e, tampouco, a reforma de instituições como as polícias e o Judiciário.

Como bem asseverou Silva Filho, por ter deixado de realizar o trabalho de memória e o luto indispensáveis à ressignificação dos arbítrios da ditadura, nossa sociedade passou a ser acometida pela compulsão de repetição, correndo sérios riscos de repetir os erros do passado autoritário.³⁵ Assim, parece-nos que o fato de grande parte

31 SILVA FILHO, J. C. M. da. “Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira”. PAYNE, L.; ABRÃO, P.; TORELLY, M. (Org.). *A Anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011. p. 198.

32 KEHL, M. R. “Tortura e sintoma social”. TELLES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que restou da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 127-128.

33 PEREIRA, A. W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

34 RODEGHERO, C. S. “A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje”. REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 174-175, 185.

35 SILVA FILHO, J. C. M. da. “Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade”. PADRÓS, E. S. et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 4, p. 204.

da população desconhecer a verdade sobre as falsas narrativas utilizadas pelos ditadores que comandaram o país nos anos de chumbo permite que muitos brasileiros pensem, dentre outros equívocos, que a democracia pode fazer concessões aos arroubos autoritários, que ela pode ser conduzida por um líder mítico sem a necessidade de respeitar os poderes da república e considerar as demandas populares, ou seja, mantendo vivas ideias tão reacionárias quanto aquelas defendidas pelos artífices do velho pensamento autoritário brasileiro.³⁶

No que tange à memória, é importante trazer à baila o trabalho de Paul Ricœur, que alertou para os riscos relacionados à ausência de um trabalho de memória realmente “libertador” (isto é, capaz de neutralizar as agruras do passado autoritário e de permitir o perdão, indispensável para um recomeço harmônico), principalmente quando substituído pela ideia de desfatalização do passado, eis que tal opção poderia dar azo ao surgimento do que definiu como uma “ideia de libertação de uma promessa não cumprida”, um sentimento que faria com que as pessoas descreditassem dos bons projetos e esperanças do passado que por algum motivo (p. ex., pela instauração de uma ditadura) deixaram de ser realizadas.³⁷

De acordo com Ricœur, a preservação da memória cultural possibilitaria o julgamento adequado dos arbítrios do passado e o advento da consciência da responsabilidade e de uma orientação para o futuro, de modo que os erros pretéritos não fossem reprisados.³⁸

Partindo da perspectiva de deleuze-guattariana, que define o fascismo como um desejo produzido socialmente mediante o agenciamento dos afetos negativos ensejados pelo modo de vida capitalista, isto é, por uma dinâmica que produz angústias, sofrimentos e ressentimentos, visto que, além de colocar os indivíduos em uma constante situação de insegurança, estabelece uma subjetividade individualista e competitiva em prol do aumento da produção que conduz o indivíduo ao isolamento social, afetivo e ao esgotamento,³⁹ evidentemente, o papel desempenhado pela ausência de memória do passado autoritário para que os indivíduos se tornem suscetíveis às saídas autoritárias e/ou populistas não deve ser negligenciado.

36 CAMPOS, F. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília, DF: Senado Federal, 2001; TORRES, A. *A organização nacional: primeira parte: a Constituição*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914; *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1982; VIANNA, O. *Instituições políticas brasileiras: segundo volume: metodologia do direito público: os problemas brasileiros da ciência política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

37 RICCEUR, P. *A crítica e a convicção*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 200.

38 Ibidem, p. 347.

39 HUR, D. U. *Psicologia: política e esquizoanálise*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2019. p. 110-111, 113, 116.

Nesse diapasão, ante ao exposto neste tópico, é possível inferir que, o desconhecimento da verdade ensejado pela ausência de uma memória efetiva sobre os arbítrios atinentes ao passado ditatorial, fundamentalmente em um momento marcado por graves contradições, no qual a democracia é desacreditada e atacada, é um fator decisivo para que uma considerável parcela da sociedade brasileira tenha seus sofrimentos e ressentimentos explorados em prol de intentos fascistóides que, nesta quadra histórica, não visam somente à defesa da “moral conservadora”, mas, principalmente, assegurar os interesses do livre mercado.

As novas direitas brasileiras e o fascismo a serviço do projeto neoliberal

No que tange ao objeto do presente escrito, a teoria de Deleuze e Guattari é importante porque, além de auxiliar na percepção de que o fascismo não é um fenômeno adstrito ao seu formato histórico, possibilita entender a dinâmica que vem ocasionando sua intensificação no contexto atual. Com ela, fica menos complicado entender, por exemplo, uma das mais primorosas descrições do fascismo elaboradas até hoje, a do *ur-fascismo*, o fascismo eterno, de Umberto Eco,⁴⁰ que igualmente desloca o fascismo dos limites temporais para defini-lo como um elemento presente em todas as sociedades, cuja intensificação dependeria da presença de algumas características que lhes são típicas.

A referência a Eco é crucial por força de sua precisão em delinear as características do fascismo e em demonstrar que ele não foi neutralizado pelas democracias do pós-Segunda Guerra, e que nem poderia ter sido. Segundo o filósofo, tais características seriam o culto da tradição, a recusa da modernidade, o culto da ação pela ação, a não aceitação do dissenso e dos que têm posições políticas e visões de mundo diferentes, o racismo, o apelo às frustrações das classes médias, a preocupação paranoica com supostos complôs, o nacionalismo xenófobo, a ideia de que a vida é uma guerra permanente e que o pacifismo com o inimigo é uma traição, o elitismo, o machismo, o populismo, e a utilização da “novilíngua”. Na explicação de Eco, a presença de qualquer uma delas seria suficiente para fazer surgir o que denominou de “nebulosa fascista”. Reconhecendo a complexidade do fascismo, ele destacou ainda que essas características não poderiam ser abrangidas em um único sistema, já que muitas delas eram contraditórias e também intrínsecas a outros tipos de despotismo e fanatismo.⁴¹

40 ECO, U. *Il fascismo eterno*. Milano: La Nave di Teseo, 2017.

41 Ibidem, p. 32 e ss.

Inegavelmente, os sinais detalhados por Eco estão muito presentes na conjuntura atual, na qual as novas extremas direitas assumiram grande protagonismo.

Outro dado medular a ser sopesado se quisermos compreender a persistência fascista, é o fato de que, após a Segunda Guerra Mundial, os axiomas fascistas seguiram sendo revisados, atualizados e disseminados em diversos países europeus, mesmo que no interior de novos partidos políticos ou de organizações de pouca expressão que, inclusive, abdicaram do termo “fascismo” e das antigas simbologias.⁴² No entanto, foi depois do Maio de 1968 (movimento de estudantes e trabalhadores que teve início na França, mas que produziu efeitos nos campos social, político e comportamental em nível global) que alguns grupos, que em seguida seriam denominados de “novas direitas”, conseguiram adquirir popularidade e, com isso, realocar ideias de essência fascistas na pauta de discussões públicas.⁴³ No Brasil, mesmo que de modo mais tardio e em um contexto diferente, verificou-se um processo semelhante. Os partidos de extrema direita e grupos simpatizantes do autoritarismo de Estado que passaram um razoável período no ostracismo tentando revisar a história do passado ditatorial, voltaram a ganhar força no amanhecer do século XXI, após terem readequado seus discursos e passado a defender os preceitos neoliberais.⁴⁴

É relevante observar que o teor e o tom dos discursos contidos nas propagandas utilizadas pelas novas direitas ao longo do tempo, tanto no Brasil quanto em outros países, apesar das peculiaridades de cada região, foram sempre muito parecidos. É possível notar que as teorias conspiratórias, as notícias falsas e os boatos destinados a falsificar a realidade são estratégias bem anteriores ao advento da internet. A grande novidade na conjuntura atual é que, a propaganda fascista, que ainda mantém seus velhos traços e segue sendo embebida de ideias nacionalistas, xenófobas, racistas, machistas, vem sendo difundida em uma escala gigantesca e tendo o seu potencial de criar vínculos e coesão entre seu público exacerbado pelas tecnologias que operam através de modulação psicológica.⁴⁵

42 VERCELLI, C. *Neofascismi*. Torino: Capricorno, 2018.

43 FERNANDES-GARCIA, A.; RODRIGUES-JIMÉNEZ, J. L. *Fascismo, neofascismo y extrema derecha*. Madrid: Arco, 2001; LENCI, M. *A destra, oltre la destra: la cultura politica del neofascismo italiano (1945-1995)*. Pisa: Pisa University Press, 2012; URBÁN-CRESPO, M. *El viejo fascismo y la nueva derecha radical*. Barcelona: Sylone 4 Iberia, 2015.

44 CASIMIRO, F. H. C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 457 e ss.

45 ALANDETE, D. *Fake news: la nueva arma de destrucción masiva: cómo se utilizan las noticias falsas y los hechos alternativos para desestabilizar la democracia*. Barcelona: Deusto, 2019; BARBOSA, M. *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019; PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. de (Org.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019; ROSA, P. de O. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Milfontes, 2020.

Em que pesem as peculiaridades regionais, o caso do Brasil contemporâneo é pródigo em demonstrar o potencial devastador da onda fascista que vem assolando diversas democracias, bem como o modo como ela se propaga e alguns dos motivos que tornam as pessoas suscetíveis a ela. Neste ponto, vale salientar que os históricos problemas políticos, sociais e econômicos, agravados pela implementação do projeto neoliberal a partir da década de 1990, conforme mencionamos antes, contribuíram sobremaneira para que, com o passar do tempo, o ambiente se tornasse propício para o avanço do fascismo.⁴⁶

A afirmação de David Harvey, no sentido de que o neoliberalismo é um “projeto voltado para restaurar o poder de classe”, um regime baseado na diminuição do Estado, especialmente na sua atuação em favor da redução dos direitos sociais e da desregulamentação do mercado sob a justificativa de que isso permitiria aos cidadãos alcançarem o bem-estar por seus próprios méritos,⁴⁷ denota claramente o que ocorreu no Brasil, isto é, os motivos pelos quais o maior quinhão das riquezas acabou se concentrando nas mãos da minoria mais rica, enquanto grande parte da população restou desamparada, exposta à precariedade e aos mais diversos tipos de inseguranças.

Por aqui, a implementação do projeto neoliberal, que teve como efeito imediato a melhora da qualidade de vida das classes médias, logo em seguida culminou na erosão dos pouquíssimos dispositivos característicos do Estado de bem-estar e no aumento das desigualdades sociais. O resultado dessa opção é bastante perceptível na conjuntura atual, marcada pelo empobrecimento da população, pela redução de direitos trabalhistas e previdenciários, pela precarização do trabalho, dentre outros problemas, na qual até mesmo as classes médias restaram prejudicadas, cenário que deu ensejo a uma inconformidade generalizada que, somada às idiosincrasias da sociedade brasileira,⁴⁸ acabou sendo fundamental para a ascensão das novas extremas direitas.⁴⁹

Não se deve negligenciar que o neoliberalismo, cuja racionalidade transbordou do plano político econômico para todos os âmbitos da vida,⁵⁰ pelas condições que impõe – e que lhe são inerentes,⁵¹ sobretudo por incapacitar o Estado de solucionar seus problemas internos e também por exacerbar um tipo de individualismo egoísta e

46 LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução? o neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1, 2019. p. 26 e ss.

47 HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014. p. 12-26, 169.

48 SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

49 SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

50 DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

51 CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020.

alienado, produz uma imensa gama de sofrimentos e ressentimentos⁵² que, conforme mencionamos antes, podem ser facilmente instrumentalizados pelas novas direitas através da disseminação de narrativas políticas radicais associadas ao nacionalismo, à religião, ao militarismo, dinâmica que dá ensejo aos discursos e manifestações de cunho xenófobo, racista, machistas, mesmo que às vezes em formas cifradas.⁵³ É que, no plano psíquico, o sofrimento gerado pelo cenário de insegurança e dificuldades, acaba tendo como um de seus efeitos justamente a demanda por uma disciplina baseada no militarismo, na família e na religião, bem como o surgimento de ideais totalizantes vistos como salvação que costumam se consubstanciar em uma figura messiânica, sendo que é esta dinâmica, conforme sustentaram Deleuze e Guattari, que se desenvolverá no plano micropolítico, viabilizando a produção do desejo pelo fascismo, do ódio contra o outro diferente.⁵⁴

Diante da ausência de uma memória suficiente do passado autoritário, ou seja, de um referencial democrático, sem dúvidas, de acordo com o que expusemos ao longo do artigo, quando uma sociedade se depara com uma conjuntura conturbada, ela pode sucumbir ao desejo por soluções antidemocráticas, mesmo sob a fachada da democracia. Tal possibilidade resta evidente no caso brasileiro. Como abordamos no introito (e como é de conhecimento comum), após uma das mais graves crises econômica e política de sua história, nossa sociedade optou por desacreditar a democracia para embarcar em uma aventura fascistóide mascarada pelo saudosismo do passado ditatorial.⁵⁵ Notório, ainda, é o fato de que, entrelaçadas às narrativas bélicas e aos discursos de ódio das novas extremas direitas, sempre estiveram presentes os mantras neoliberais, como a defesa do Estado mínimo, das privatizações, do empreendedorismo individual, da meritocracia, da criminalização da pobreza, dentre outros.⁵⁶ Ao nosso juízo, diante do que foi analisado ao longo do escrito, demonstra não apenas a compatibilidade do projeto neoliberal com os autoritarismos, mas, especialmente, que a ausência de memória do passado autoritário inviabiliza o reconhecimento das origens dos problemas que assolam a vida em coletividade, especialmente que esses problemas são concernentes ao capitalismo neoliberal (em suma, facilita a introdução e o reforço da normatividade neoliberal), tornando o ambiente propício para que as pessoas desejem soluções

52 CASARA, R. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

53 BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019. p. 10-11, 13.

54 HUR, D. U. *Psicologia, política e esquizoanálise*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2019. p. 149-150.

55 ROSA, P. de O. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Milfontes, 2020.

56 BRUM, E.. *Brasil: construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago, 2019.

autoritárias, muitas vezes de cunho fascista, normalmente vendidas como mais fáceis e práticas, abandonando completamente a perspectiva democrática e seus valores.⁵⁷

Considerações finais

De acordo com a pesquisa relatada no presente escrito, conclui-se que o fascismo não se restringe à sua dimensão histórica, isto é, não se resume a uma forma de regime político e, tampouco, a uma ideologia política imposta verticalmente.

Conforme expusemos, o fascismo é uma forma de vida baseada no desejo de destruição de tudo o que se opõe a ele, desejo este que é produzido socialmente mediante o agenciamento dos afetos negativos ensejados pelo modo de vida típico do capitalismo, e que se materializará em posturas individuais e/ou coletivas que se apresentarão sob inúmeras faces, como o nacionalismo extremo, a xenofobia, o racismo, o machismo, o ódio da política, da divergência etc., e que, em alguns casos, dependendo da intensidade, se manifestarão também na esfera político-governamental, como no caso do Brasil atual.

Infere-se, ainda, que apesar dos discursos relacionados à liberdade econômica, o neoliberalismo (tanto como sistema e quanto como racionalidade) é compatível com o autoritarismo e, por isso, também com o desejo de fascismo, que tem como matéria prima as inseguranças, sofrimentos e ressentimentos que o próprio modo de vida imposto pelo capitalismo ultraliberal se encarrega de produzir. Em resumo, pode-se concluir que o neoliberalismo fustiga endogenamente a democracia não somente porque atua parasitando o Estado e reduzindo direitos sociais e políticos, mas porque também instiga as pulsões autoritárias no íntimo dos indivíduos, ou seja, por afetar por todos os flancos as relações sociais.

Por fim, diante dessas premissas (e esta é a questão – e inquietação – que guiou o escrito), constata-se que a ausência de memória do passado autoritário ensejada pelo modo como se deu a transição democrática que marcou o fim do último período ditatorial, visto que ela foi despida de políticas relacionadas à Justiça de Transição em níveis suficientes, contribui sobremaneira para que, diante do agravamento dos problemas atinentes ao neoliberalismo em seu estágio atual e dos sofrimentos engendrados por ele, a sociedade brasileira se mostre suscetível à escalada fascista que visivelmente vem se intensificando em nível global sob o patrocínio das novas extremas direitas (que em inúmeras oportunidades aproximam os discursos populistas com os discursos de defesa do livre mercado).

57 CASARA, R. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 85 e ss.